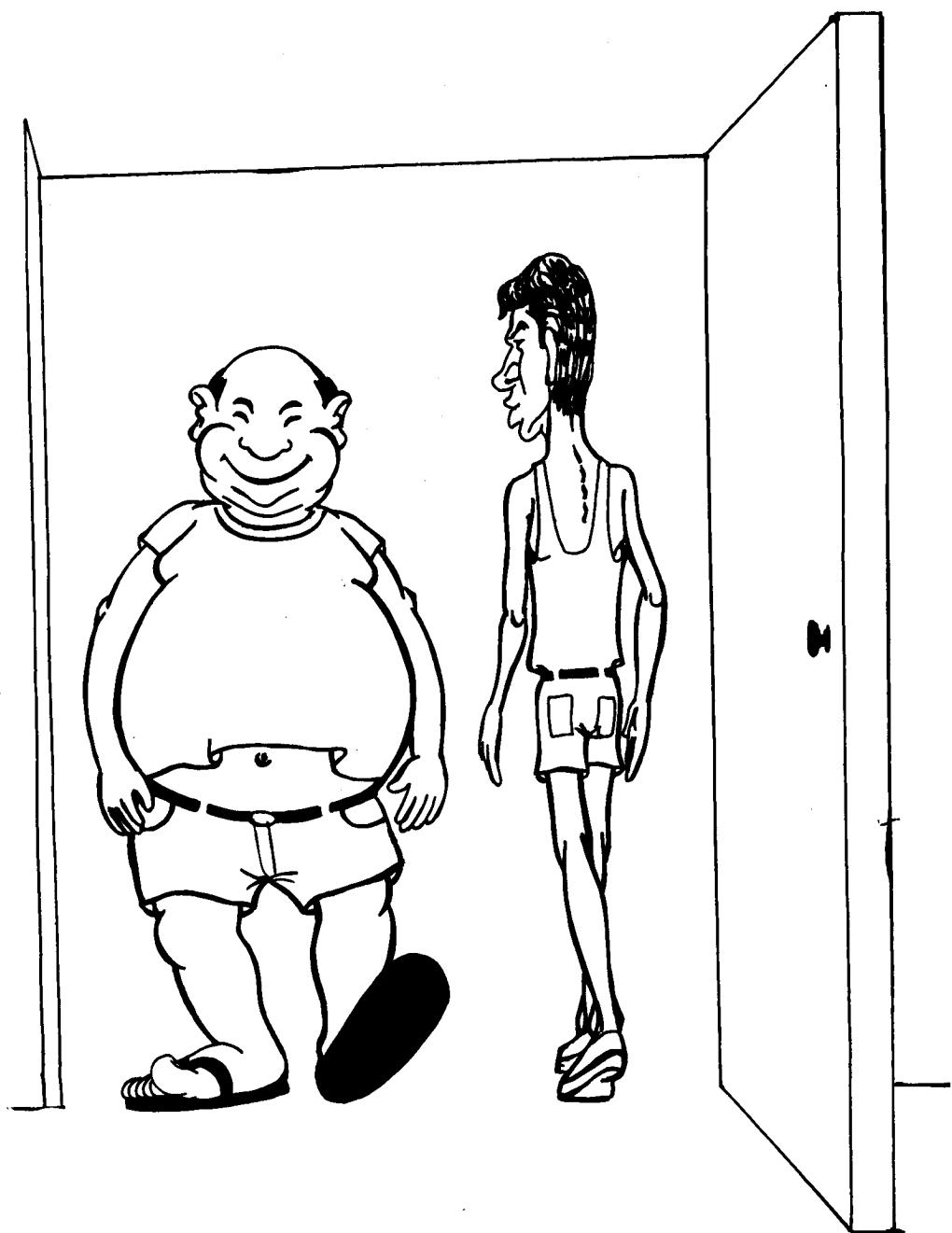


# porta Aberta



## CARTA DO ESPORTE NA ESCOLA

A intenção de se elaborar uma carta de recomendação sobre o Esporte na Escola, surgiu da necessidade de se repensar essa manifestação, orientando-a para um sentido educacional. Tal repensar, teve como experiência concreta a realização dos Jogos Escolares Brasileiros de 1989, que estiveram referenciados em princípios coerentes com o processo educativo voltado à formação plena do homem.

A partir das discussões e dos subsídios veiculados na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola, evento constitutivo da programação dos JEBs 89, foi possível aos participantes do referido evento a elaboração do pretendido documento. Nesse sentido surgiu a Carta Brasileira do Esporte na Escola, que teve contribuição de todos os segmentos envolvidos na realização dos JEBs (dirigentes, professores, árbitros e estudantes), através de seus representantes na conferência, como também por parte de alguns profissionais de Educação Física convidados pela SEED/MEC em função do seu comportamento com a manifestação Esporte-Educação.

## CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA

Os participantes da I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA, uma das atividades dos XVIII Jogos Escolares Brasileiros.

OBSERVANDO que o conceito de esporte moderno permaneceu na perspectiva do rendimento até os anos 60 desse século, quando surgiram entre os pensadores contemporâneos, as primeiras contestações a tal visão do Esporte;

PERCEBENDO que o Esporte como direito de todos passou a compreender, como forma de exercício deste direito, outras manifestações além das de performance ou de alto-rendimento;

CONFIRMANDO que a perspectiva do direito de cada uma ao Esporte abrange pessoas comuns e em estados diferenciados, portadores de deficiência e superdotados, e que, em cada manifestação esportiva, estas participações devem obedecer a preceitos distintos;

VERIFICANDO que a Constituição

Brasileira, promulgada em 1988, determina a promoção prioritária do Esporte Educacional;

CONSIDERANDO que, no Brasil, as chamadas manifestações de Esporte-Educação foram, na sua maioria, reproduções do esporte institucionalizado, sem uma preocupação substantiva com o sentido educativo;

CONSIDERANDO, ainda, que aos educadores compete:

a) ter como referência o sentido educativo emancipador para os praticantes do Esporte na Escola, que ultrapassa o simples domínio corporal e a saúde, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso do ser humano em comunidade;

b) recusar toda forma de preconceito e a especialização precoce;

c) favorecer o crescimento pessoal e social dos praticantes do Esporte na Escola, através de uma atuação pedagógica apoiada na ação e na reflexão;

d) perceber que mesmo as situações de treinamento e competição do Esporte-Educação necessitam continuar referenciais nos preceitos educacionais do Esporte;

LEMBRANDO que ainda existe uma corrente que entende que as competições esportivas entre escolares devem ser identificadas com os valores e atividades peculiares ao esporte institucionalizado e ao de alto rendimento, em busca do máximo de performance atlética;

ENTENDENDO o Esporte na Escola como contribuição para o desenvolvimento da consciência, da cidadania e da dignidade da pessoa humana;

CONCEBENDO que o Esporte, na atualidade, em suas diversas manifestações, é um dos elementos-chave no processo de permanente educação para o direito inalienável ao lazer,

### RECOMENDAMOS:

1 - que em cada Estado, em cada escola, se desenvolvam estudos e encontros para estabelecer, segundo a situação real de cada caso, as atividades esportivas a serem desenvolvidas nas escolas;

2 - que, na definição do Esporte na Escola, seja levado em consideração, não um grupo de modalidades esportivas, mas o fato de que toda atividade escolar implica compromisso inicial com a Educação fundamentada em princípios pedagógicos;

3 - que o Esporte na Escola seja con-

cebido, não como um mero veículo de transmissão de conteúdos, mas como uma constante ação de criar e (re)criar a cultura, a partir da qual são constituídos valores e propostas de sociabilidade;

4 - que o Esporte na Escola, enquanto ação criadora e (re)criadora da cultura, na qual a criança, o jovem, o estudante desenvolvem suas capacidades críticas, represente mais um espaço de decisões, de organização, planejamento, estabelecimento de regras, definição de competência;

5 - que seja incentivada a formação adequada dos professores de Educação Física, garantindo-lhes competência técnica, política, pedagógica, científica para a eficiente execução dos programas do Esporte na Escola, atendendo aos interesses e necessidades do desenvolvimento global dos estudantes;

6 - que o princípio de participação seja, em todos os níveis de planejamento, execução e avaliação, um dos pilares básicos das ações do Esporte na Escola;

7 - que o Esporte na Escola desvincule-se, definitivamente, das competições que, superestimando o confronto entre estudantes e subvertendo o espírito de solidariedade, buscam exclusivamente o rendimento;

8 - que, fundamentada na co-responsabilidade e contando com a efetiva participação dos Estados e Municípios, seja formulada, implantada e avaliada uma Política de Esporte na Escola para o Brasil;

9 - que as competições esportivas de caráter municipal, estadual e nacional, enquanto uma das atividades do Esporte na Escola e não apenas de escolares, sejam:

a) referenciados no princípio de participação, que contém as idéias de cooperação, co-educação, co-gestão e integração;

b) integradas a um processo educacional emancipador de caráter inter e transdisciplinar;

c) caracterização por arbitragens de cunho pedagógico, preservando a coerência com os princípios do Esporte na Escola, constantes nesta Carta;

d) um espaço para a discussão e debate entre professores, alunos, dirigentes e árbitros;

e) mais uma oportunidade na busca do equilíbrio entre o individual e o coletivo, permitindo que cada um comprehenda a

contribuição da sua ação individual na construção do coletivo.

Assim, entendendo que esta CARTA BRASILEIRA DO ESPORTE NA ESCOLA não se esgota nem se apresenta como um produto acabado, que por seu dinamismo e intenção, possibilite sua própria reconstrução em busca da constante recriação de um Esporte que seja compromissado com uma Educação para a democracia.

Conclamamos a participação de todos os que estão compromissados, de uma forma ou de outra, com a educação do brasileiro e com a sociedade do próximo século a debater, discutir e divulgar as propostas contidas nesta Carta.

Brasília (DF), julho de 1989  
I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DO  
ESPORTE NA ESCOLA  
XVIII JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS



## EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES NO NORDESTE DO BRASIL ALIENAÇÃO, UTOPIA E REALIDADE

Tarcísio J. de Melo Ferreira \*  
Adriano Fortes Maia \*

### INTRODUÇÃO

Sob um prisma sócio-econômico e a partir de uma ruptura com a pretensa neutralidade que apenas subtrai os educandos da verdadeira realidade social – a realidade da luta de classes e da exploração capitalista (PONCE, 1986) – pretende-se com este trabalho discutir a problemática da prática pedagógica do professor de educação física, tendo como contexto a famigerada região do Nordeste brasileiro.

Entendemos que, para alcançar tal intento, deve-se extrapolar os limites impostos pela ideologia dominante que, através de pensamentos teóricos estruturados, exprimem uma falsa versão da história, cuja finalidade é ocultar um projeto social, político e econômico da classe burguesa (GADOTTI, 1988), em detrimento à calamitosa conjuntura.

## DISCUTINDO A REALIDADE

Que tipo de sociedade marginaliza seus filhos, permite que sejam as principais vítimas de seus desajustes estruturais e sociais, comprometendo assim seu próprio futuro? Mas, lamentavelmente, isso acontece no Terceiro Mundo, que é regido por uma ética onde a taxa de mortalidade infantil é mais uma estatística num amontoado de números ordenados pelos que detém o poder com o intuito de assegurar o lucro fácil de uma minoria.

Segundo dados da UNICEF apresentados no relatório Situação Mundial da Infância (1989), quatorze milhões de crianças morrem anualmente de fome e desnutrição em países do Terceiro Mundo, e este fato deve ser atribuído à dívida externa e à recessão econômica.

Nestes alfarrábios será utilizada a conceituação de fome/desnutrição, segundo a qual a fome é a manifestação social da exploração econômica, e a desnutrição, a manifestação orgânica e clínica da fome (VALLENTE, 1988). Entende-se que o direito à alimentação adequada deve ser de todo ser humano, não cabendo a nenhum cientista ou técnico definir critérios quantitativos para a fome/desnutrição com base em sua visibilidade, visando exclusivamente intervenções paliativas.

Segundo CASTRO e COIMBRA (1985), a evidência científica disponível permite afirmar que a desnutrição, sobretudo em idades mais jovens: (a) favorece a incidência de infecções e outras doenças, aumentando a morbidade e a mortalidade; (b) causa uma interrupção no desenvolvimento físico, afermando o vigor e reduzindo a estatura; (c) prejudica o desenvolvimento cognitivo, isto é, compromete o desenvolvimento intelectual; e (d) gera tensões sociais por frustrar uma das mais vitais necessidades do ser humano.

Ora, negar esse estado de miséria e fome nordestino é simplesmente querer se fechar numa redoma e viver na Bélgica, tentando não olhar a Índia do cotidiano. CHAVES (1985) afirma textualmente que: "as crianças ou jovens desnutridos não devem fazer exercício físico intenso e sim muito moderado, de acordo com sua suplência nutricional. Do contrário, pelo próprio mecanismo de adaptação biológica, serão retiradas proteínas de certas partes do

organismo para suprir partes mais solicitadas, no caso, os músculos... Para os jovens que praticam esportes, recomenda-se um acréscimo de 500 calorias por cada hora de esporte praticado" (p. 185).

Os profissionais de educação física, em sua grande maioria, negam que estes fatores interferem diretamente na sua prática pedagógica e acreditam que "política não tem nada a ver com educação física". Citando Bertold Brecht "... não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituição, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e internacionais."

Qual o papel dos profissionais em educação física diante deste lastimável quadro da realidade nordestina? Qual a utilidade de nossos referenciais teóricos e técnicos: para exacerbação de desnutrição/fome, ou para servir de "referendum científico" às reivindicações populares? Por que não utilizamos os nossos conhecimentos científicos para esclarecer-las sobre seus "déficits" e necessidades energéticas? Por que não lutamos juntos contra a desnutrição crônica imposta pela ganância capitalista que vilipendia corpos e consciências? (FREITAS, 1987).

Segundo CARVALHO (1979), sem progresso social não há progresso desportivo generalizado. Questionamos, então, os programas governamentais paternalistas que procuram escamotear a realidade concreta, a verdade, pois a classe dominante não tem interesse na manifestação da verdade, já que isto colocaria em evidência a dominação que exerce sobre as outras classes sociais (SAVIANI, 1988).

## DISCUTINDO A ALIENAÇÃO

Possuindo uma relação direta e factual com o real a ser desvelado, os professores de educação física sobrevivem alienadamente por não perceberem (?) a penúria do homem nordestino, reforçando tal perversidade ao comprar suas consciências, coisificando e desominizando (BASBAUM, 1985) em troca de sua mola mestra, o lucro individual: ou quando muito (sem este estímulo capitalista) achar sua prática pedagógica "onzonizada" e neutra. Por não perceber ou não querer perceber, aliena-se assumindo o "símbolo da passividade" sendo guilheta-do a colaborar, com o processo de espoliação

ção nutricional do educando e, consequentemente, com a manutenção e reprodução de suas relações sociais humanisticamente injustas, que só vem a financiar as odisséias opulentas da classe burguesa.

## CONCLUSÃO

Imprescindível faz-se que os professores mais melindrosos reforcem os movimentos de denúncia das contradições existentes em nossa profissão, que está a dilacerar o homem em nome da perpetuação de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Deve-se, portanto, deixar claro que todas as respostas para os problemas da educação física não serão encontrados nos simplórios movimentos corporativistas. É preciso aprofundar os conhecimentos dos professores de educação física na área filosófica e com o respaldo biológico, desnudar o "rei!, desvelar o real, e levantar a bandeira do "máximo" (NOSELLA, 1984) rumo à edificação de uma sociedade onde esteja garantida verdadeiramente a igualdade, a liberdade, a dignidade e a solidariedade humana para que se possa pensar numa Educação Física e Esporte Para Todos.

## BIBLIOGRAFIA

- BASBAUM, L. Alienação e humanismo** (6<sup>a</sup> ed.), São Paulo, Global Ed., 1985.
- CARMO, A.A. do. Educação Física: uma desordem para manter a ordem**, in: OLIVEIRA, V. M. (org.). **Fundamentos pedagógicos: educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- CARVALHO, A. de M. Cultura física e desenvolvimento**: Lisboa, Compendium, 1979.
- CASTRO, J. Geografia da fome**. Rio de Janeiro, Antares, 1984.
- CASTRO, C. M. & COIMBRA, M. O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: UNICAMP/ALMED, 1985.
- CHAVES, N. Fome, criança e vida**. Recife: Massangana, 1982.
- . **Nutrição: básica e aplicada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1985.
- FREITAS, F. M. C. Educação contra quem?** In: OLIVEIRA, V. M. (org.) **Fundamentos pedagógicos: educação física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- GADOTTI, M. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo, Cortez, 1987.
- . **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1988.
- MARX, K. Manuscritos econômicos - filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- NOSELLA, P. Aspectos teóricos da pesquisa educacional: da metafísica ao empírico, do empírico ao concreto**. **Educação e Sociedade**, 19, 5-20, 1984.
- PONCE, A. Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1988.
- SAVIANI, D. Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1988.
- UNICEF. Situação mundial da infância**. Brasília, 1987.
- UNICEF. Situação mundial da infância**. Brasília, 1989.
- VALENTE, F. L. S. (org.). Fome e desnutrição determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1986.
- VALENTE, F. L. S. Reprodução ou ruptura. Cadernos NESP/Economia e nutrição contribuição para um debate**, 2, 53-66, 1988.

